

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	29
Capítulo I	
LINHAS INTRODUTÓRIAS.....	33
1. Direito Processual Penal	33
1.1 Conceito e finalidade.....	33
1.2 Características.....	34
1.3 Posição enciclopédica	35
2. Entendendo o tema	35
2.1 Interesse	35
2.2 Pretensão.....	36
2.3 Lide	36
2.4 Ação	37
2.5 Processo.....	38
2.5.1 Procedimento (aspecto objetivo do processo).....	38
2.5.2 Relação jurídica processual (aspecto subjetivo do processo).....	38
3. Sistemas processuais.....	39
3.1 Sistema inquisitivo.....	40
3.2 Sistema acusatório	41
3.3 Sistema misto ou acusatório formal	42
4. Fontes.....	43
4.1 Conceito	43
4.2 Classificação.....	43
5. Analogia	45
5.1 Conceito	45
5.2 Espécies	45
6. Interpretação da Lei Processual	46
6.1 Quanto à origem ou ao sujeito que a realiza	47
6.2 Quanto ao modo ou aos meios empregados	48
6.3 Quanto ao resultado	49
7. A Lei Processual Penal no Tempo	49
7.1 Retroatividade pro réu	50
8. A Lei Processual Penal no Espaço	51
9. Princípios processuais Penais	54
9.1 Princípio da presunção de inocência ou da não-culpabilidade	55
9.2 Princípio da imparcialidade do juiz.....	57
9.3 Princípio da igualdade processual.....	58
9.4 Princípio do contraditório ou bilateralidade da audiência.....	58
9.5 Princípio da ampla defesa	60
9.6 Princípio da ação, demanda ou iniciativa das partes	61
9.7 Princípio da oficialidade.....	61
9.8 Princípio da oficiosidade.....	61
9.9 Princípio da verdade real	61

9.10	Princípio da obrigatoriedade.....	63
9.11	Princípio da indisponibilidade.....	63
9.12	Princípio do impulso oficial	64
9.13	Princípio da motivação das decisões.....	64
9.14	Princípio da publicidade	65
9.15	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	66
9.16	Do juiz natural	67
9.17	Do promotor natural ou do promotor legal.....	67
9.18	Do defensor natural	68
9.19	Princípio do devido processo legal	69
9.20	Princípio do favor rei ou favor réu	70
9.21	Princípio da economia processual.....	70
9.22	Princípio da oralidade	71
9.23	Princípio da autoritariedade.....	72
9.24	Princípio da duração razoável do processo penal	73
9.25	Princípio da proporcionalidade.....	76
9.26	Princípio da inexigibilidade de autoincriminação.....	78
10.	Quadro Sinótico	80
11.	Súmulas Aplicáveis.....	87
11.1	STJ.....	87
11.2	STF.....	87
12.	Informativos recentes	87
12.1	STJ.....	87
12.2	STF.....	91
13.	Questões de concursos públicos.....	92

Capítulo II

INQUÉRITO POLICIAL.....	99
1. A perseguição criminal.....	99
2. Polícia Judiciária e Polícia Administrativa	100
2.1 Polícia administrativa ou de segurança.....	100
2.2 Polícia judiciária.....	100
3. Conceito e Finalidade do Inquérito Policial	100
3.1 Natureza jurídica do inquérito.....	101
4. Inquéritos não policiais.....	101
5. Características do Inquérito Policial.....	105
5.1 Discricionariedade	105
5.2 Escrito.....	105
5.3 Sigiloso	105
5.4 Oficialidade.....	107
5.5 Oficiosidade.....	108
5.6 Indisponibilidade.....	108
5.7 Inquisitivo.....	108
5.8 Autoritariedade	110
5.9 Dispensabilidade.....	110
6. Competência (atribuição).....	110
6.1 Critério territorial.....	110
6.2 Critério material.....	110

6.3	Crítério em razão da pessoa.....	110
7.	Prazos.....	111
7.1	Regra geral.....	111
7.2	Prazos especiais.....	111
7.3	Contagem do prazo.....	112
8.	Valor probatório.....	113
9.	Vícios.....	115
10.	<i>Notitia criminis</i> (notícia do crime).....	117
10.1	Conceito.....	117
10.2	Espécies.....	117
11.	Peças inaugurais do inquérito policial.....	119
12.	Incomunicabilidade.....	120
13.	Providências.....	121
13.1	Reprodução simulada dos fatos.....	127
13.2	Indiciamento.....	128
14.	Encerramento.....	129
14.1	Crimes de ação penal pública.....	130
14.2	Crimes de ação penal privada.....	138
15.	Considerações finais.....	139
15.1	Termo circunstanciado.....	139
15.2	Controle externo da atividade policial.....	140
17.	Súmulas aplicáveis.....	145
17.1	STJ.....	145
17.2	STF.....	145
18.	Informativos recentes.....	146
18.1	STJ.....	146
18.2	STF.....	147
19.	Questões de concursos públicos.....	148

Capítulo III

AÇÃO PENAL.....	157
1. Conceito.....	157
2. Características.....	157
2.1 Localização no ordenamento jurídico.....	158
3. Condições da ação.....	158
3.1 Conceito.....	158
3.2 Oportunidade para verificação das condições da ação.....	164
4. Classificação das ações.....	166
4.1 Ação penal pública incondicionada.....	166
4.1.1 Conceito e titularidade.....	166
4.1.2 Princípios informadores.....	167
4.2 Ação pública condicionada.....	169
4.2.1 Conceito e considerações.....	169
5. Ação penal privada.....	176
5.1 Conceito e considerações.....	176
5.2 Titularidade.....	177
5.3 Princípios.....	177
5.4 Espécies de ação penal privada.....	182

5.5	Custas e honorários advocatícios.....	185
6.	Questões complementares.....	185
6.1	Ação de prevenção penal.....	185
6.2	Ação penal ex officio.....	186
6.3	Ação penal pública subsidiária da pública.....	186
6.4	Ação penal popular.....	187
6.5	Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual.....	187
6.5.1	Direito intertemporal.....	190
6.6	Ação penal nos crimes contra a honra de funcionário público.....	191
6.7	Ação penal secundária.....	192
6.8	Ação penal adesiva.....	192
6.9	Ação penal na injúria por preconceito.....	193
6.10	Ação penal extensiva.....	193
6.11	Ação penal de segundo grau.....	193
7.	Inicial acusatória.....	194
7.1	Conceito.....	194
7.2	Requisitos formais.....	194
7.3	Prazos para oferta da denúncia.....	198
7.3.1	Prazos especiais para oferta da denúncia.....	198
7.3.2	Início da contagem do prazo e o seu encerramento.....	199
7.3.3	Desatendimento do prazo.....	199
7.4	Prazos para oferta da queixa-crime.....	200
7.4.1	Prazos especiais.....	200
7.5	Aditamento da queixa.....	201
7.6	Rejeição da denúncia ou queixa.....	201
7.6.1	Repropositura da ação.....	204
7.6.2	Rejeição X não recebimento.....	204
7.6.3	Rejeição parcial.....	204
7.6.4	Recurso para combater a rejeição.....	205
7.6.5	Fundamentação do recebimento e recebimento tácito.....	205
8.	Quadro sinótico.....	207
9.	Súmulas aplicáveis.....	214
9.1	STJ.....	214
9.2	STF.....	215
10.	Informativos recentes.....	215
10.1	STJ.....	215
10.2	STF.....	218
11.	Questões de concursos públicos.....	219

Capítulo IV

AÇÃO CIVIL EX DELICTO.....	227
1. Considerações iniciais.....	227
2. Legitimidade ativa e passiva.....	228
3. Competência na ação reparatória.....	229
4. Sistemas processuais.....	230
5. Suspensão da demanda civil.....	232
5.1 Regime legal da suspensão.....	232

6.	Execução da sentença condenatória penal	233
7.	Sentença absolutória e subordinação temática	233
8.	Revisão criminal e ação rescisória.....	236
9.	Prazo prescricional.....	236
10.	Quadro Sinótico	236
11.	Súmulas Aplicáveis	238
11.1	STJ.....	238
12.	Informativos recentes	238
12.1	STJ.....	238
12.2	STF.....	239
13.	Questões de concursos públicos.....	239

Capítulo V

JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA	243
1. Jurisdição.....	243
1.1 Conceito	243
1.2 Princípios	244
1.2.1 Investidura	244
1.2.2 Indelegabilidade	244
1.2.3 Juiz natural.....	244
1.2.4 Inafastabilidade.....	245
1.2.5 Inevitabilidade ou irrecusabilidade	245
1.2.6 Correlação ou relatividade	245
1.2.7 Devido processo legal.....	249
1.3 Características.....	249
1.3.1 Inércia.....	249
1.3.2 Substitutividade.....	249
1.3.3 Lide	250
1.3.4 Atuação do direito	250
1.3.5 Imutabilidade.....	250
2. Competência.....	250
2.1 Conceito	250
2.2 Critérios	251
2.2.1 Competência material	251
2.2.2 Competência funcional	251
2.3 Competência <i>ratione materiae</i>	252
2.3.1 Justiça comum estadual.....	252
2.3.2 Justiça comum federal.....	252
2.3.3 Competência da justiça especializada militar	263
2.3.4 Competência da justiça especializada eleitoral.....	265
2.4 Competência <i>ratione loci</i>	265
2.4.1 Domicílio ou residência do réu.....	267
2.4.2 Critério subsidiário.....	267
2.4.3 Crimes praticados a bordo de navios ou aeronaves	268
2.4.4 Crimes praticados no exterior	269
2.4.5 Súmulas aplicadas.....	270
2.5 Competência pela natureza da infração.....	270
2.6 Competência <i>ratione personae</i> ou <i>ratione functionae</i>	270

2.6.1	Prerrogativa de função e manutenção do cargo ou mandato.....	272
2.6.2	Prerrogativa X tribunal do júri	273
2.6.3	Prerrogativa funcional dos prefeitos	274
2.6.4	Foro privilegiado e deslocamento.....	274
2.7	Competência absoluta X relativa.....	274
2.8	Prevenção.....	275
2.9	Distribuição.....	276
2.10	Conexão e continência	276
2.10.1	Conexão	277
2.10.2	Continência	278
2.11	Foro prevalente.....	279
2.12	Separação de processos.....	282
2.12.1	Separação obrigatória	282
2.12.2	Separação facultativa.....	285
2.13	Perpetuatio jurisdictionis	285
2.13.1	Surgimento de nova vara	286
3.	Quadro sinótico.....	287
4.	Súmulas aplicáveis.....	295
4.1	STJ.....	295
4.2	STF.....	295
5.	Informativos recentes	296
5.1	STJ.....	296
5.2	STF.....	301
6.	Questões de concursos públicos.....	302

Capítulo VI

QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES	315
1. Considerações iniciais.....	315
2. Questões prejudiciais	317
2.1 Classificação.....	317
2.1.1 Prejudicial homogênea e heterogênea	317
2.1.2 Prejudicial obrigatória e facultativa	318
2.1.3 Prejudicial total e parcial	319
2.1.4 Prejudicial devolutiva e não devolutiva (princípio da suficiência).....	319
2.2 Natureza jurídica	320
2.3 Sistemas de solução.....	320
2.4 Processamento da prejudicial obrigatória e da facultativa	321
2.5 Recursos	322
2.6 Prescrição.....	322
3. Exceções.....	323
3.1 Conceito	323
3.2 As espécies de exceções e seus processamentos	323
3.2.1 Exceção de suspeição.....	323
3.2.2 Exceção de incompetência.....	326
3.2.3 Exceção de litispendência	328
3.2.4 Exceção de ilegitimidade de parte	328
3.2.5 Exceção de coisa julgada (<i>exceptio rei judicatae</i>)	330

4.	Incompatibilidades e impedimentos.....	331
4.1	Processamento.....	332
4.2	Efeitos.....	333
4.3	Recursos.....	333
5.	Conflito de jurisdição.....	333
5.1	Espécies e competência.....	334
5.2	Processamento.....	335
5.3	Recursos.....	336
6.	Conflito de atribuições.....	336
6.1	Competência para dirimir o conflito.....	337
6.2	Processamento.....	338
7.	Restituição de coisas apreendidas.....	339
7.1	Introdução.....	339
7.2	Autoridade restituinte.....	339
7.3	Confisco.....	339
7.4	Procedimento da restituição.....	340
7.5	Recurso.....	340
8.	Medidas assecuratórias.....	340
8.1	Sequestro de bens imóveis.....	341
8.1.1	Cabimento.....	341
8.1.2	Embargos.....	341
8.1.3	Recurso.....	342
8.1.4	Levantamento.....	342
8.1.5	Destinação ao final do processo.....	342
8.2	Sequestro de bens móveis.....	342
8.2.1	Cabimento.....	343
8.2.2	Embargos.....	343
8.2.3	Recurso.....	343
8.2.4	Levantamento.....	343
8.2.5	Destinação ao final do processo.....	343
8.3	Hipoteca legal.....	343
8.3.1	Cabimento.....	343
8.3.2	Procedimento.....	344
8.3.3	Recurso.....	344
8.3.4	Levantamento.....	344
8.3.5	Destinação ao final do processo.....	345
8.4	Arresto de bens móveis (antigo sequestro definitivo).....	345
8.4.1	Cabimento.....	345
8.4.2	Procedimento.....	346
8.4.3	Recurso.....	346
8.4.4	Levantamento.....	346
8.4.5	Destinação ao final do processo.....	346
8.5	Arresto de imóveis (antigo sequestro prévio).....	347
8.5.1	Cabimento.....	347
8.5.2	Recurso.....	348
9.	Incidente de falsidade.....	348
9.1	Introdução.....	348
9.2	Espécies.....	349

9.3	Legitimidade.....	349
9.4	Procedimento do incidente	349
9.5	Efeitos.....	350
9.6	Recurso.....	350
10.	Incidente de insanidade mental.....	351
10.1	Introdução	351
10.2	Procedimento	351
10.3	Sequência.....	352
10.4	Recurso.....	352
10.5	Insanidade que se manifesta no cumprimento da pena	353
10.6	Insanidade superveniente.....	353
11.	Quadro Sinótico	354
12.	Súmulas Aplicáveis.....	364
12.1	STJ.....	364
13.	Informativos recentes	365
13.1	STJ.....	365
13.2	STF.....	367
14.	Questões de concursos públicos.....	367

Capítulo VII

PROVA	375
1. Teoria Geral da Prova	375
1.1 Conceito e finalidade.....	375
1.2 Destinatários.....	376
1.3 Natureza jurídica	377
1.4 Objeto.....	377
1.5 Classificação da prova.....	378
1.5.1 Quanto ao objeto.....	378
1.5.2 Quanto ao efeito ou valor.....	378
1.5.3 Quanto ao sujeito ou causa.....	379
1.5.4 Quanto à forma ou aparência	379
1.6 Meios de prova.....	379
1.7 Vedação probatória.....	380
1.8 Teorias sobre o tema "provas ilícitas".....	383
1.8.1 Teoria dos frutos da árvore envenenada (<i>fruits of the poisonous tree</i>)	383
1.8.2 Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade	389
1.8.3 Teoria da exclusão da ilicitude da prova	392
1.9 Prova emprestada.....	392
1.10 Ônus da prova.....	394
1.11 Iniciativa do juiz.....	395
1.12 Sistemas de apreciação da prova	398
1.12.1 Sistema da certeza moral do juiz ou íntima convicção.....	398
1.12.2 Sistema da certeza moral do legislador, das regras legais ou da prova tarifada.....	398
1.12.3 Sistema do livre convencimento motivado ou persuasão racional	398
1.13 Princípios da prova	400

1.13.1	Princípio da auto-responsabilidade das partes.....	400
1.13.2	Princípio da audiência contraditória	400
1.13.3	Princípio da aquisição ou comunhão.....	400
1.13.4	Princípio da oralidade.....	400
1.13.5	Princípio da publicidade.....	401
1.13.6	Princípio do livre convencimento motivado.....	401
1.14	Procedimento probatório.....	401
2.	Provas em espécie.....	402
2.1	Exames periciais.....	402
2.1.1	Considerações gerais	402
2.1.2	Realização das perícias	405
2.1.3	Apreciação dos laudos periciais.....	407
2.1.4	Exame de corpo de delito.....	407
2.1.5	Necessidade do laudo.....	409
2.1.6	Outras perícias.....	409
2.2	Interrogatório do acusado	416
2.2.1	Conceito e natureza jurídica.....	416
2.2.2	Necessidade e reinterrogatório.....	418
2.2.3	Formalidades do interrogatório.....	420
2.2.4	Procedimento.....	423
2.3	Confissão	431
2.3.1	Conceito e objeto	431
2.3.2	Natureza jurídica	432
2.3.3	Espécies	432
2.3.4	Requisitos	433
2.3.5	Peculiaridades	434
2.3.6	Valor probatório.....	434
2.3.7	Delação e delação premiada	434
2.4	Perguntas ao ofendido.....	438
2.4.1	Considerações gerais: conceito e natureza	438
2.4.2	Repercussões processuais.....	439
2.4.3	Valor probatório das declarações do ofendido.....	440
2.4.4	Prerrogativas do ofendido	440
2.5	Testemunhas.....	442
2.5.1	Conceito e natureza.....	442
2.5.2	Características da prova testemunhal	442
2.5.3	Recusa e impedimento.....	443
2.5.4	Demais vedações	444
2.5.5	Deveres da testemunha	445
2.5.6	Número de testemunhas	446
2.5.7	Classificação.....	446
2.5.8	Lugar do depoimento e precatória	447
2.5.9	Testemunho dos militares e funcionários públicos.....	448
2.5.10	Procedimento para tomar o depoimento.....	448
2.5.11	O depoimento.....	451
2.5.12	Falso testemunho e prisão em flagrante	453
2.5.13	Competência para julgamento do falso testemunho.....	455
2.5.14	Proteção.....	455

2.5.15	Valor Probatório	456
2.6	Reconhecimento de pessoas e coisas	456
2.6.1	Conceito e natureza jurídica	456
2.6.2	Reconhecimento de pessoas	456
2.6.3	Reconhecimento fotográfico e fonográfico	458
2.6.4	Reconhecimento de coisas	458
2.7	Acareação	458
2.7.1	Conceito e natureza	458
2.7.2	Pressupostos	459
2.7.3	Procedimento	459
2.7.4	Valor probatório	459
2.8	Documentos	459
2.8.1	Conceito	459
2.8.2	Espécies	460
2.8.3	Requisitos	460
2.8.4	Produção	461
2.8.5	Tradução	462
2.8.6	Restituição	462
2.9	Indícios e presunções	462
2.9.1	Conceito	462
2.9.2	Classificação	463
2.9.3	Valor probatório	464
2.10	Busca e apreensão	464
2.10.1	Conceito e natureza jurídica	464
2.10.2	Iniciativa	464
2.10.3	Objeto	465
2.10.4	Momento	467
2.10.5	Espécies	467
3.	Quadro sinótico	474
4.	Súmulas aplicáveis	493
4.1	STJ	493
4.2	STF	493
5.	Informativos recentes	493
5.1	STJ	493
5.2	STF	500
6.	Questões de concursos públicos	504

Capítulo VIII

SUJEITOS NO PROCESSO PENAL	519
1. A relação processual penal	519
2. Órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público	520
2.1 Juiz	520
2.2 Ministério Público	522
2.2.1 Considerações gerais	522
2.2.2 Organização e atuação	523
2.2.3 Impedimento e suspeição do representante do Ministério Público	524
2.2.4 Princípios atinentes ao Ministério Público	525

2.3	Funcionários do Poder Judiciário	526
2.4	Auxiliares do juízo	527
3.	Acusado e defensor	529
4.	Querelante.....	533
5.	Assistente do Ministério Público.....	533
6.	Assistente da defesa.....	537
7.	Quadro sinótico.....	538
8.	Súmulas aplicáveis.....	540
8.1	STF.....	540
8.2	STJ.....	540
9.	Informativos recentes	540
9.1	STJ	540
9.2	STF	540
10.	Questões de concursos públicos.....	541

Capítulo IX

PRISÕES.....	545
1. Conceito.....	545
2. Formalidades e execução.....	546
2.1 Mandado de prisão.....	546
2.2 Restrição de horário e inviolabilidade domiciliar	548
2.3 Prisão em perseguição.....	549
2.4 Prisão em território diverso da atuação judicial.....	551
2.5 Prisão especial	552
2.6 Emprego de força e uso de algemas.....	553
2.7 Regime disciplinar diferenciado (RDD)	558
3. Prisão em flagrante	560
3.1 Conceito	560
3.2 Espécies de flagrante.....	561
3.2.1 Flagrante próprio (propriamente dito, real ou verdadeiro)	561
3.2.2 Flagrante impróprio (irreal ou quase flagrante)	561
3.2.3 Flagrante presumido (ficto ou assimilado).....	562
3.2.4 Flagrante compulsório ou obrigatório	562
3.2.5 Flagrante facultativo	562
3.2.6 Flagrante esperado	562
3.2.7 Flagrante preparado ou provocado	563
3.2.8 Flagrante prorrogado (retardado, postergado, diferido, estratégico ou ação controlada).....	565
3.2.9 Flagrante forjado	566
3.2.10 Flagrante por apresentação.....	566
4. Flagrante nas várias espécies de crime	567
4.1 Crime permanente	567
4.2 Crime habitual.....	568
4.3 Crime de ação penal privada e pública condicionada.....	569
4.4 Crime continuado	569
4.5 Infração de menor potencial ofensivo	569
5. Sujeitos do flagrante	571
5.1 Sujeito ativo.....	571



5.2	Sujeito passivo.....	571
5.3	Autoridade competente	573
6.	Procedimentos e formalidades.....	574
6.1	Nota de culpa.....	577
6.2	Remessa à autoridade.....	577
7.	Prisão preventiva	579
7.1	Conceito	579
7.2	Pressupostos.....	579
7.3	As hipóteses de decretação	580
7.4	Infrações que comportam a medida.....	584
7.5	Decretação e sistema recursal.....	587
7.6	Fundamentação	589
7.7	Revogação	590
7.8	Apresentação espontânea.....	591
7.9	Preventiva X excludentes de ilicitude.....	592
8.	Prisão temporária	593
8.1	Conceito	593
8.2	Decretação	593
8.3	Cabimento.....	594
8.3.1	Imprescindibilidade para as investigações do inquérito policial (inciso I)	594
8.3.2	Indiciado não tem residência fixa ou não fornece elementos para sua identificação (inciso II)	595
8.3.3	Quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes relacionados (inciso III).....	596
8.4	Prazos	599
8.4.1	Regra geral (art. 2º da Lei n.º 7.960/1989)	599
8.4.2	Crimes hediondos e assemelhados.....	599
8.5	Procedimento	600
9.	Prisão decorrente da decisão de pronúncia	601
10.	Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível.....	603
11.	Prisão domiciliar	606
12.	Prisão administrativa	607
13.	Prisão civil.....	609
14.	Prisão para averiguações.....	610
15.	Quadro sinótico.....	610
16.	Súmulas aplicáveis.....	622
16.1	STJ.....	622
16.2	STF.....	622
17.	Informativos recentes	622
17.1	STJ.....	622
17.2	STF.....	625
18.	Questões de concursos públicos.....	628

Capítulo X

LIBERDADE PROVISÓRIA E OUTRAS



MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO	641
1. Conceito.....	641
2. Espécies.....	643
2.1 Liberdade provisória obrigatória	643
2.2 Liberdade provisória permitida	645
2.3 Liberdade provisória vedada.....	645
3. Liberdade provisória sem fiança.....	646
3.1 Liberdade provisória sem fiança e sem vinculação	646
3.2 Liberdade provisória sem fiança e com vinculação	649
3.2.1 Restrições	651
3.2.2 Fundamentação.....	654
3.2.3 Outras hipóteses de cabimento.....	655
3.2.4 Sistema recursal.....	656
4. Liberdade provisória mediante fiança.....	656
4.1 Fiança X liberdade provisória mediante fiança	656
4.2 Objetivos da fiança	657
4.3 Valor da fiança.....	657
4.3.1 Demais critérios para o arbitramento.....	659
4.4 Modalidades de fiança	660
4.5 Obrigações do afiandado.....	660
4.6 Vedações legais	661
4.6.1 Vedações do art. 323, CPP.....	664
4.6.2 Vedações do art. 324, CPP.....	665
4.6.3 Demais vedações	666
4.7 Quebra da fiança.....	667
4.8 Perda da fiança.....	668
4.9 Cassação da fiança	669
4.10 Reforço da fiança.....	669
4.11 Dispensa da fiança.....	670
4.12 Procedimento	671
4.13 Execução	672
5. Outras medidas cautelares diversas da prisão.....	672
5.1 Considerações gerais	672
5.2 Momento e legitimidade.....	673
5.3 Requisitos.....	674
5.4 Cautelares em espécie	675
6. Quadro sinótico.....	679
7. Súmulas aplicáveis.....	687
7.1 STJ.....	687
8. Informativos recentes	687
8.1 STJ.....	687
8.2 STF	688
9. Questões de concursos públicos.....	690

Capítulo XI

ATOS DE COMUNICAÇÃO PROCESSUAL	693
1. Formas de comunicação processual	693
2. Citação.....	694
2.1 Conceito	694



2.2	Espécies	695
2.2.1	Citação pessoal	695
2.2.2	Citação por edital.....	698
2.2.3	Citação por hora certa.....	701
3.	Intimação e notificação.....	703
4.	Revelia e suspensão do processo penal.....	706
5.	Informatização do processo judicial.....	709
6.	Quadro Sinótico	712
7.	Súmulas Aplicáveis.....	714
7.1	STJ.....	714
7.2	STF.....	714
8.	Informativos recentes	715
8.1	STJ.....	715
8.2	STF.....	716
9.	Questões de concursos públicos.....	717

Capítulo XII

SENTENÇA	723
1. Noção de sentença	723
1.1 Introdução	723
1.2 Outros atos judiciais	725
2. Classificação das sentenças	726
2.1 Natureza jurídica das sentenças.....	726
2.2 Outras classificações	728
3. Fundamentação e estrutura das sentenças.....	730
3.2.1 <i>Emendatio libelli</i>	732
3.2.2 <i>Mutatio libelli</i>	733
4. Sentenças em processo penal condenatório e seus efeitos.....	739
4.1 Sentença condenatória.....	739
4.1.1 Efeitos da sentença penal condenatória.....	743
4.1.2 Técnica da sentença penal condenatória	747
4.2 Sentença absolutória.....	750
4.3 Sentença declaratória de extinção da punibilidade	753
4.4 Publicação e intimação da sentença	754
5. Coisa julgada e preclusão.....	757
6. Quadro Sinótico	759
7. Súmulas aplicáveis.....	765
7.1 STF.....	765
7.2 STJ.....	766
8. Informativos recentes	766
8.1. STJ.....	766
8.2 STF.....	768
9. Questões de concursos públicos.....	770

Capítulo XIII

PROCEDIMENTOS.....	775
1. Considerações Gerais	775
2. Procedimento comum.....	776

2.1	Procedimento comum ordinário (artigos 394 a 405, CPP)	778
2.1.1	Questões complementares	786
2.1.2	Sequência.....	794
2.2	Procedimento comum sumário (artigos 531 a 536, CPP).....	796
2.2.1	Sequência.....	798
2.3	Procedimento comum sumaríssimo (juizados especiais criminais).....	799
2.3.1	Considerações iniciais	799
2.3.2	Fase preliminar	801
2.3.3	Audiência preliminar.....	801
2.3.4	Procedimento sumaríssimo.....	806
3.	Procedimentos especiais	808
3.1	Crimes afiançáveis imputados a funcionário público	810
3.1.1	Peculiaridades do procedimento.....	812
3.1.2	Sequência.....	814
3.2	Crimes contra a honra	814
3.2.1	Sequência.....	816
3.3	Entorpecentes	817
3.3.1	Sequência.....	823
3.4	Procedimento especial para os crimes falimentares.....	824
3.5	Outros procedimentos especiais.....	826
3.5.1	Procedimento criminal da ação penal originária dos tribunais.....	826
3.5.2	Procedimento para os crimes contra a propriedade imaterial.....	829
3.5.3	Procedimento para a restauração de autos extraviados	832
4.	Procedimento especial dos crimes dolosos contra a vida	834
4.1	Fundamentos do tribunal do júri.....	834
4.2	Princípios reitores	835
4.3	Características.....	837
4.4	Rito especial do júri	838
4.4.1	Judicium accusationis.....	839
4.5	Sentença de absolvição sumária.....	849
4.6	Decisão de desclassificação da infração penal contra a vida	852
4.7	Rito especial do júri: <i>judicium causae</i>	855
4.8	Libelo (revogado)	856
4.9	Contrariedade ao libelo (revogada).....	859
4.10	Desaforamento.....	859
4.11	Instalação da sessão do júri.....	861
4.11.1	Noção de sessão do júri	861
4.11.2	Alistamento dos jurados.....	862
4.11.3	Organização da pauta	863
4.11.4	Sorteio e convocação dos jurados	864
4.11.5	Função de jurado	864
4.11.6	Reunião e sessões do tribunal do júri.....	866
4.12	Formação do conselho de sentença	869
4.13	Atos instrutórios	870
4.14	Debates e poderes do juiz	872
4.15	Formulação dos quesitos e votação	874
4.16	Sentença e ata da sessão.....	880
5.	Procedimento especial dos crimes militares.....	881

6.	Quadro Sinótico	887
7.	Súmulas Aplicáveis	909
7.1	STJ.....	909
7.2	STF.....	909
8.	Informativos recentes	910
8.1	STJ.....	910
8.2	STF.....	916
9.	Questões de concursos públicos.....	920

Capítulo XIV

RECURSOS.....	931
1. Teoria geral dos recursos.....	931
1.1 Conceito	931
1.2 Natureza jurídica	932
1.3 Fundamentos e o duplo grau de jurisdição	934
1.4 Princípios recursais	935
1.5 Impedimentos	945
1.6 Pressupostos de admissibilidade recursal.....	946
1.6.1 Pressupostos objetivos de admissibilidade recursal	947
1.6.2 Pressupostos subjetivos de admissibilidade recursal	953
1.6.3 Juízo de admissibilidade e competência recursal	957
1.7 Efeitos recursais	959
1.8 Extinção dos recursos	964
2. Recursos em espécie.....	965
2.1 Apelação	965
2.1.1 Noção.....	965
2.1.2 Interposição.....	968
2.1.3 Cabimento.....	970
2.1.4 Processamento	974
2.1.5 Julgamento	978
2.2 Recurso em sentido estrito.....	982
2.2.1 Noção	982
2.2.2 Interposição.....	983
2.2.3 Cabimento.....	983
2.2.4 Processamento	990
2.2.5 Julgamento	994
2.3 Carta testemunhável.....	995
2.3.1 Noção	995
2.3.2 Interposição.....	996
2.3.3 Cabimento.....	998
2.3.4 Processamento	1000
2.3.5 Julgamento	1002
2.4 Correição Parcial.....	1002
2.4.1 Noção	1002
2.4.2 Interposição.....	1004
2.4.3 Cabimento.....	1004
2.4.4 Processamento	1005
2.4.5 Julgamento	1006

2.5	“Embarginhos” e embargos de declaração.....	1007
2.5.1	Noção.....	1007
2.5.2	Interposição.....	1007
2.5.3	Cabimento.....	1008
2.5.4	Processamento.....	1008
2.5.5	Julgamento.....	1010
2.6	Protesto por novo júri (revogado).....	1010
2.6.1	Noção.....	1010
2.6.2	Interposição.....	1013
2.6.3	Cabimento.....	1013
2.6.4	Processamento.....	1014
2.6.5	Julgamento.....	1015
2.7	Agravo regimental.....	1016
2.7.1	Noção.....	1016
2.7.2	Interposição.....	1016
2.7.3	Cabimento.....	1016
2.7.4	Processamento.....	1018
2.7.5	Julgamento.....	1018
2.8	Embargos infringentes e de nulidade.....	1019
2.8.1	Noção.....	1019
2.8.2	Interposição.....	1020
2.8.3	Cabimento.....	1020
2.8.4	Processamento.....	1022
2.8.5	Julgamento.....	1024
2.9	Recursos especial e extraordinário.....	1024
2.9.1	Noção.....	1024
2.9.2	Interposição.....	1025
2.9.3	Cabimento.....	1026
2.9.4	Processamento.....	1029
2.9.5	Julgamento.....	1032
2.10	Reclamação constitucional.....	1033
2.10.1	Noção.....	1033
2.10.2	Interposição.....	1034
2.10.3	Cabimento.....	1034
2.10.4	Processamento.....	1035
2.10.5	Julgamento.....	1035
2.11	Recurso ordinário constitucional.....	1036
2.11.1	Noção.....	1036
2.11.2	Interposição.....	1036
2.11.3	Cabimento.....	1038
2.11.4	Processamento.....	1038
2.11.5	Julgamento.....	1040
2.12	Agravo contra decisão denegatória de recurso especial ou de recurso extraordinário.....	1040
2.12.5	Julgamento.....	1045
2.13	Embargos de divergência.....	1046
2.14	Agravo em execução.....	1048
2.15	Reclamação contra a lista geral de jurados.....	1051

3.	Quadro Sinótico	1052
4.	Súmulas aplicáveis.....	1078
4.1	STJ	1078
4.2	STF	1079
5.	Informativos recentes	1081
5.1	STJ.....	1081
5.2	STF.....	1084
6.	Questões de concursos públicos.....	1087

Capítulo XV

NULIDADES	1097
1. NulidadeS processualS em geral	1097
1.1 Introdução	1097
1.1.1 Noção de nulidade	1097
1.1.2 Sistemas de nulidades: rol exemplificativo X rol taxativo.....	1098
1.1.3 Fundamento constitucional.....	1100
1.1.4 Tipicidade e atipicidade do ato processual.....	1102
1.1.5 Elementos e formalidades do ato processual penal	1103
1.1.6 Confronto doutrinário.....	1104
1.2 Classificações das nulidades	1105
1.2.1 Influência do direito privado.....	1105
1.2.2 Fundamento das classificações	1105
1.2.3 Divergências na terminologia classificatória.....	1105
1.2.4 Doutrina clássica X nova doutrina das nulidades processuais...	1106
1.2.5 Vantagens e desvantagens da adoção de uma classificação.....	1106
1.2.6 Relativização das nulidades processuais	1108
1.2.7 Classificações na doutrina.....	1108
1.3 Princípios informativos das nulidades	1112
2. Inexistência dos atos processuais.....	1117
3. Nulidades absolutas e relativas.....	1118
3.1 A arguição de nulidade.....	1118
3.2 Efeitos	1120
4. Hipóteses passíveis de reconhecimento judicial de nulidade.....	1121
4.1 Falta ou deficiência de defesa.....	1122
4.2 Ilegitimidade da parte	1124
4.3 Incompetência do juízo	1128
4.4 Incompatibilidade, impedimento, suspeição ou suborno do juiz	1130
4.5 Inexistência ou defeito de peça acusatória ou de representação.....	1132
4.6 Ausência de intervenção do Ministério Público	1134
4.7 Ausência ou defeito de citação e do interrogatório do réu.....	1135
4.8 Sentença de pronúncia e libelo-crime acusatório (revogado) defeituosos	1138
4.9 Não-intimação do réu da data de julgamento pelo júri.....	1139
4.10 Presença de pelo menos quinze jurados para o júri.....	1140
4.11 Concessão de prazos processuais.....	1141
4.12 Falta de intimação de testemunhas	1143
4.13 Falta de exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios.....	1146
4.14 Irregularidade no sorteio e incomunicabilidade dos jurados	1147

4.15	Defeito ou contradição na quesitação e nas respectivas respostas no júri	1148
4.16	Irregularidades surgidas nos debates perante o tribunal popular	1149
4.17	Vícios na sentença	1150
4.18	Descumprimento de disposição que preconiza reexame necessário.....	1155
4.19	Falta ou irregularidade na intimação de atos processuais	1156
4.20	Descumprimento do quorum legal de julgamento nos tribunais	1158
4.21	Omissão de formalidade essencial de ato processual.....	1158
5.	Reconhecimento judicial da nulidade e saneamento do ato processual penal	1160
6.	Quadro Sinótico	1160
7.	Súmulas aplicáveis.....	1173
7.1	STF.....	1173
8.	Informativos recentes	1174
8.1	STJ.....	1174
8.2	STF	1177
9.	Questões de concursos públicos.....	1178

Capítulo XVI

AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO	1185
1. De ordem geral	1185
2. <i>Habeas corpus</i>	1186
2.1 Fundamentos	1186
2.2 Natureza jurídica	1187
2.3 Cabimento	1188
2.3.1 Violação à liberdade de ir e vir	1188
2.3.2 Habeas corpus preventivo, repressivo e suspensivo.....	1192
2.3.3 Crime com pena privativa de liberdade.....	1193
2.3.4 Transgressão disciplinar.....	1194
2.4 Processamento e julgamento.....	1196
2.4.1 Competência	1196
2.4.2 Legitimidade ativa e passiva.....	1200
2.4.3 Forma de propositura.....	1202
2.4.4 Rito processual.....	1202
2.4.5 Julgamento	1206
2.4.6 Trancamento do inquérito, do processo ou do termo circunstanciado de ocorrência	1208
2.4.7 <i>Habeas corpus ex officio</i> , liberdade provisória e relaxamento de prisão.....	1209
2.4.8 Recursos em habeas corpus.....	1209
3. Mandado de Segurança.....	1210
3.1 Fundamentos.....	1210
3.2 Cabimento	1212
3.3 Processamento e julgamento.....	1216
3.3.1 Competência	1216
3.3.2 Legitimidade ativa e passiva.....	1217
3.3.3 Procedimento do mandado de segurança	1220
3.3.4 Julgamento	1222
3.4 Mandado de segurança coletivo	1224

4.	Revisão Criminal.....	1226
4.1	Fundamentos.....	1226
4.2	Cabimento.....	1227
4.3	Processamento e julgamento.....	1228
4.3.1	Competência.....	1228
4.3.2	Legitimidade ad causam.....	1229
4.3.3	Propositura.....	1230
4.3.4	Rito da revisão criminal.....	1231
4.3.5	Julgamento e indenização.....	1232
5.	Quadro sinótico.....	1235
6.	Súmulas aplicáveis.....	1248
6.1	STJ.....	1248
6.2	STF.....	1248
7.	Informativos recentes.....	1249
7.1	STJ.....	1249
7.2	STF.....	1252
8.	Questões de concursos públicos.....	1253

Capítulo XVII

DISPOSIÇÕES GERAIS DO CPP.....	1259
1. Audiências e sessões.....	1259
2. Publicidade.....	1260
3. Poder de polícia do juiz.....	1261
4. Prazos.....	1261
4.1 Prazos penais X prazos processuais.....	1261
4.2 Fluência dos prazos processuais.....	1262
4.3 Prazos processuais em espécie.....	1264
4.4 Princípios informadores da disciplina dos prazos processuais.....	1267
5. Retirada de autos.....	1268
6. Custas processuais.....	1269
7. Substituição do escrivão/diretor de secretaria.....	1270
8. Estatística judiciária criminal.....	1271
9. Quadro sinótico.....	1272
10. Súmulas Aplicáveis.....	1275
10.1 STJ.....	1275
10.2 STF.....	1275
11. Informativos recentes.....	1275
11.1 STF.....	1275
11.2 STJ.....	1276
11. Questões de concursos públicos.....	1277

Capítulo XVIII

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL.....	1279
1. Sistema internacional de persecução criminal.....	1279
2. Jurisdição e competência.....	1281
2.1 Competência material irretroativa.....	1281
2.2 Atuação da jurisdição do Tribunal Penal Internacional.....	1282

2.3	Princípios informadores da jurisdição e da competência do Tribunal Penal Internacional.....	1283
3.	Princípios informadores do Direito Penal e do Processo Penal Internacional.....	1285
4.	Inquérito.....	1287
5.	Procedimento criminal.....	1288
5.1	Juízo de Instrução.....	1288
5.2	Juízo de Julgamento.....	1290
5.3	Juízo de Recursos.....	1292
6.	Execução da pena.....	1294
7.	Quadro sinótico.....	1294
8.	Informativos recentes.....	1298
8.1	STF.....	1298
9.	Questões de concursos públicos.....	1298

Capítulo XIX

EXECUÇÃO PENAL.....	1301
1. Considerações gerais.....	1301
1.1 Noção.....	1301
1.2 Natureza jurídica da execução penal.....	1302
1.3 Autonomia do processo executivo penal.....	1303
2. Requisitos da execução penal.....	1304
3. Objetivos da execução penal.....	1305
4. Princípios e garantias da execução penal.....	1305
4.1 Devido processo legal.....	1305
4.2 Juízo competente.....	1306
4.3 Individualização da pena.....	1307
4.4 Personalização da pena.....	1308
4.5 Legalidade e irretroatividade da lei.....	1309
4.6 Contraditório e ampla defesa.....	1310
4.7 Direito à prova.....	1311
4.8 Isonomia.....	1311
4.9 Direito a não auto-incriminação.....	1312
4.10 Reeducação.....	1312
4.11 Duplo grau de jurisdição.....	1313
4.12 Humanização.....	1313
4.13 Cooperação comunitária.....	1313
4.14 Oficialidade.....	1314
4.15 Publicidade.....	1314
4.16 Aplicação ao preso provisório.....	1314
4.17 Motivação das decisões.....	1315
5. Órgãos da execução penal.....	1315
6. Estabelecimentos para cumprimento de pena.....	1319
6.1 Definição do estabelecimento.....	1319
6.2 Penitenciária.....	1320
6.3 Colônia agrícola, industrial ou similar.....	1321
6.4 Casa do Albergado.....	1321
6.5 Centro de Observação.....	1322
6.6 Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.....	1322

6.7	Cadeia pública	1322
7.	Jurisdição e competência da execução penal	1323
8.	Restrição de direitos na execução da pena	1324
8.1	Deveres.....	1324
8.2	Direitos.....	1324
8.3	Direitos políticos.....	1325
8.4	Visita.....	1325
8.5	Comunicação.....	1326
8.6	Assistência.....	1326
8.6.1	Assistência material.....	1326
8.6.2	Assistência à saúde.....	1326
8.6.6	Assistência religiosa	1327
8.6.7	Assistência ao egresso.....	1328
8.7	Trabalho.....	1328
8.8	Faltas disciplinares.....	1330
8.8.1	Espécies.....	1331
8.8.2	Apuração, defesa técnica e aplicação.....	1332
8.9	Regime Disciplinar Diferenciado	1333
8.10	Sanções.....	1335
8.11	Recompensas.....	1335
9.	Intervenção do ministério público na execução penal.....	1335
10.	Processo de execução penal	1336
10.1	Penas privativas de liberdade	1336
10.2	Penas restritivas de direito.....	1336
10.3	Pena de multa.....	1340
10.4	Medida de segurança.....	1343
10.5	Prisão albergue domiciliar.....	1346
10.6	Procedimento da execução penal	1346
10.6.1	Iniciativa.....	1346
10.6.2	Guia de execução penal.....	1347
10.6.3	Processamento.....	1348
10.7	Execução provisória da pena.....	1348
10.8	Regressão de regime	1351
10.8.1	Regressão cautelar.....	1351
10.9	Progressão de regime	1352
10.9.1	Requisitos.....	1352
10.9.2	Progressão por salto	1355
10.10	Incidentes e conversões.....	1356
10.10.1	Doença mental superveniente.....	1357
10.10.2	Desvio e excesso de execução	1357
10.10.3	Anistia e indulto.....	1357
10.11	Remição.....	1359
10.12	Detração penal	1362
10.13	Autorizações de saída	1363
10.14	Livramento condicional	1364
10.15	Monitoração eletrônica	1368
10.16	Suspensão condicional da pena.....	1370
10.17	Meios de impugnação	1372

10.17.1	Recursos	1372
10.17.2	Ações autônomas de impugnação	1373
10.18	Extinção de punibilidade pelo cumprimento da pena	1373
11.	Quadro sinótico	1374
12.	Súmulas aplicáveis	1386
12.1	STJ	1386
12.2	STF	1386
13.	Informativos recentes	1387
13.1	STJ	1387
13.1.1	Saída temporária	1387
13.1.2	Detração penal	1388
13.1.3	Falta grave	1388
13.1.4	Trabalho externo	1389
13.1.5	Programas de recuperação	1389
13.1.6	Progressão de regime	1390
13.1.7	Regime de cumprimento da pena	1391
13.1.8	Remição	1391
13.1.9	Substituição da pena	1392
13.1.10	Outros temas	1392
13.2	STF	1392
13.2.1	Falta grave	1392
13.2.2	Execução provisória da pena	1393
13.2.3	Remição	1394
13.2.4	Regime de cumprimento da pena	1394
13.2.5	Progressão de regime	1395
13.2.6	Outros temas	1395
14.	Questões de concursos públicos	1397
BIBLIOGRAFIA		1403